

ALFABETIZAÇÃO E PODER: PERSPECTIVA HISTÓRICA

Gertrudes Porto WITTER

BOWMAN, A. K. & WOOLF, G. (orgs) *Literacy and power in Ancient World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, ix + 249p.

Quando o homem inventou a leitura-escrita abriu para a sua espécie horizontes impensáveis, tornou possível uma comunicação mais ampla, precisa, desvinculada do aqui, do agora; estabeleceu bases para a própria evolução e para a preservação da história. Mas o ler e o escrever logo se associaram ao poder, pessoal, estatal e mesmo de umas nações em relação às outras. A história da alfabetização ou domínio da escrita é pelo menos em parte, a história do poder, ou melhor, de muitos poderes distritos, mas, nem todos positivos. Poder legar às novas gerações seus conhecimentos, sua arte, sua filosofia sob a forma escrita, ciente de que haveria comunicação, certamente foi muito enriquecedor. Foi um poder associado a um saber que viabilizou um fazer o homem progredir. Entretanto, por vezes a alfabetização e a leitura acabaram por ser instrumentos de um poder político, social e econômico que se fez perverso e injusto.

Resgatar a história da relação alfabetização - poder pode ser de interesse mais do que histórico, pois certamente a recuperação de algumas informações podem levar à reflexão e à reconsideração crítica desta relação.

No âmbito da pesquisa sobre a leitura, a história tem sido vista como de relativa, revelância, tanto que na principal base de dados bibliográficos na área (**Annual Summary of Investigations Relating to Reading**) ela aparece em várias sub-categorias: História da Alfabetização; História de Jornais e de Revistas dos Livros e da Imprensa, além de histórias específicas serem tratadas em todas as categorias.

O livro aqui resenhado resgata parte substancial da história da relação alfabetização-poder, no mundo antigo, mas que ainda hoje persistem, ainda que possam estar mascaradas ou com novas roupagens.

A obra organizada por Bowman e Woolf foi editada em 1994 mas esgotou-se rapidamente e já em 1995 surgiu a segunda impressão. A apresentação material é de alta qualidade tornando agradável o contato físico com o material. É constituído por 13 capítulos escritos por docentes de diversas universidades e institutos. A bibliografia referida nos vários capítulos aparece organizada, por capítulo, no final do livro, o que dificulta mais a consulta do que se cada capítulo se fechasse com referências, o que além de mais prático seria também mais econômico pois poderiam ser reduzidas as notas de rodapé que apenas apresentam referências bibliográficas. O livro é complementado com um índice de assunto e de autores históricos mas não é muito detalhado, só tópicos gerais foram incluídos.

No primeiro capítulo os organizadores fazem uma apreciação geral sobre o interesse pelo estudo da escrita, de forma interdisciplinar; a pressão pela busca do conhecimento relativo a como os textos eram produzidos, circulavam e eram lidos na antiguidade. Além disso lembram que nosso conhecimento sobre o passado repousa nos textos. Apontam que a escrita foi usada, já na antiguidade, em uma variedade de formas para construir o poder. É certo que o domínio da escrita não opera como força por si mesmo, não altera nem promove o conhecimento econômico, nem produz por si só revoluções. Há necessidade de pesquisar, em cada sociedade, o impacto do ler-escrever. Apontam como denominador comum dos trabalhos a relação alfabetização - poder. Lembram ainda que os autores adotam concepções pessoais de poder (político, religioso, físico, psicológico, etc). Além do que enfocam também o poder dos autores **sobre** e **através** dos textos. Tratam ainda do uso da escrita pelo estado como um instrumento de organização que se alicerça na burocracia, a qual por sua vez cria uma hierarquia e uma elite de poder. O contexto multilíngüe toma a leitura de várias línguas outra modalidade de poder. De fato, há uma ampla variedade de combinações para alfabetização e poder.

O segundo capítulo é assinado por Lewis e estuda o poder exercido pelos persas através da escrita, retomando Dario, Bagaios e as tábuas de Persepolis, enfocando o efeito lingüístico das variações de língua empregadas, as quais poderiam ser usadas para controle e prejuízo de outrem especialmente em documentos comerciais (mudando mês de pagamento, de entrega por exemplo).

O capítulo seguinte é da lavra de Thomas e enfoca a leitura - escrita na clássica cidade - estado da Grécia. Logo nas primeiras linhas do seu discurso lembra com precisão: "É especialmente importante para a relação entre alfabetização e poder a distinção entre sociedades nas quais existe a escrita (mas é possivelmente usada só pelos escribas) e sociedades nas quais muitas pessoas precisam ser capazes de ler e/ou escrever por si próprias. Em muitas sociedades a habilidade de escrever e ler, que agrupamos naturalmente sob o termo 'alfabetização', são bem separadas, nelas é comum encontrar pessoas que sabem ler mas não escrever, mas que não são limitadas por isto. Como o mundo da escrita na Grécia era comumente lido em voz alta (e assim acessível aos que não sabiam ler)" (p. 33) a autora passa a concentrar sua atenção mais no poder da escrita do que da alfabetização, além do que, lhe parece que é a escrita que está mais associada ao poder. Aliás, a escrita é essencial para o estado exercer sua autoridade e mesmo autoritarismo, especialmente se a nação é grande e há longas distâncias a percorrer. Mas mesmo na cidade - estados a escrita teve esta função, começando pela facilitação da escravidão.

Ray enfoca a mesma relação no Egito no seu último período e no período persa, longe do esplendor e do poder que teve no Império, mas ainda um dos países mais importante do Mediterrâneo. Região cosmolita, com cerca de 40 línguas em uso (forte presença de imigrantes), a escrita egípcia era antiga e muito importante na comunicação oficial, nas inscrições públicas e nos registros históricos, comerciais, na religião. Apesar da grande presença de imigrantes a escrita egípcia os excluía e fazia permanecer como distinta a cultura dos egípcios.

O capítulo assinado por Thompson dá continuidade ao de Ray, enfoca a questão no Egito Ptolemaico quando o domínio da cultura grega se faz presente especialmente na Biblioteca da Alexandria, que começa a ditar o gosto e a moda em termos de textos. Mostra as relações entre conquistador e conquistado no uso da escrita, havendo esforço no sentido de helenizar a maioria da população usando-se o grego na burocracia governamental, tendo papel importante nos registros e na definição das regras de poder.

Woolf trata do poder e da ampliação da escrita no mundo ocidental durante a antiguidade. Embora muitos dos povos conquistados romanos tivessem sua própria escrita e literatura, aos poucos mesmo nesta áreas se impôs o domínio latino, pouco sobrevivendo de outras culturas. Dois processos contribuíam para a expansão da escrita sendo um deles o fato de ser muito fragmentado o poder social, político e econômico nos países conquistados e outros que parece ser unificado na escrita como bem percebiam

o poder romano. Realmente, com a expansão do império, da nova língua, a destruição das práticas de escrita existentes, e seus significados, houve grande mudança cultural introduzida pelos conquistadores. Mas esta expansão da escrita “não pode ser vista como expansão da civilização clássica.” (p. 98) Poder e alfabetização estavam conectados, menos pela tecnologia instrumental que a escrita viabiliza do que pela importância das relações de poder que o contexto criado pela modelagem que uma nova escrita viabilizou quer fosse adotada, adaptada ou mesmo rejeitada.

No capítulo seguinte Goodman mostra como isto ocorreu no âmbito dos Judeus dominados pelos romanos, nos primeiros séculos depois de Cristo e mostra o papel e o poder dos escribas.

Bowman amplia territorialmente estas análises enfocando o que ocorreu na expansão das fronteiras romanas para o norte. “O desenvolvimento da alfabetização, da burocracia e da documentação reforça a autonomia das instituições em que existem” (p. 119). As forças armadas romanas sabiam disto e usavam este conhecimento para registro de suas operações e para a administração, fortalecendo-se assim a relação aqui estudada. Além disso através da escrita ampliou-se o poder da comunicação.

A relação entre alfabetização e começo do cristianismo é estudada por Fox, no Capítulo 9. Jesus não aparece como escritor ou estimulador de um registro, a tradição cristã começa pela transmissão oral, só bem posteriormente será feita via escrita e com ela diminuiu o respeito pela transmissão oral. Valores diferentes foram atribuídos a textos diversos (como na tradição judaica). Houve uma combinação de textos sagrados e de padronização da autoridade na Igreja, em uma combinação única de alfabetização e poder; a qual é bem descrita pelo autor.

Brock retoma a antiga Síria para estudar a relação de poder face às línguas grega e síria. Começa afirmando: “No Império Romano Oriental a língua do poder político era predominantemente grego, embora o latim garantisse sua presença no exército e na lei” (p. 149), sendo que o prestígio cultural de grego vinha do período de Ptolomeu. A língua síria ficou sufocada com toda a cultura e literatura nela implícita.

Kelly enfoca a burocracia romana como base para sua análise da relação alfabetização - poder começando pelos arquivos e documentação de Constantinopla. No hipódromo se localizava o arquivo do mais importante departamento administrativo do Império Romano, ou seja, a Prefeitura Pretoriana Oriental, sob a guarda do oficial denominado **instrumentarius**. Havia uma grande preocupação com o gerar e o preservar a documentação.

Táticas diversas foram usadas de modo a que o crescimento da burocracia (escrita) também fortaleceu e ampliou o poder dos imperadores. Resolvia-se ou tentava-se resolver desta forma o problema de redução do capricho da autocracia via documentação e arquivos que por regras fixas e lentas garantiam a burocracia.

O penúltimo capítulo enfoca a questão no período da migração, analisando de forma rápida a relação alfabetização poder no mundo não romano e no romano com características peculiares que acabaram por tornar obsoleto e caro dominar a alfabetização (especialmente a literatura) clássica, praticamente desaparecendo a carreira burocrática e destruindo o edifício do “latim correto.”

Cameron remete o leitor a Bizâncio em sua “idade negra” (7º e 8º séculos da era cristã), período histórico pouco conhecido, tendo como base a Biblioteca de Photius que preserva muito da literatura clássica; período em que face a perda de velhas normas, novas foram geradas.

Todos os textos apresentam um denominador temático comum e apoiam-se em uma mesma estrutura metodológica e discursiva, que garantem unidade ao livro. Entretanto, são suficientemente independentes para serem lidos isoladamente. Isto facilita o uso dos capítulos em seminários e a leitura de textos específicos, conforme o interesse do leitor ou releitor da obra.

Trata-se de livro que interessa a lingüísticas, psicólogos, sociólogos, políticos, historiadores, bibliotecários, literatos, mais ainda a todo cidadão que é usuário da leitura e da escrita.